

**HORDGE-FREEMAN, Elizabeth. *A cor do amor: características raciais, estigma e socialização em famílias negras brasileiras*. São Carlos: EDUFSCAR, 2018.**

Maiah Lunas de Oliveira<sup>†</sup>

Pensar as relações raciais e discutir como o racismo atua no Brasil não é algo novo. Seja na análise do sociólogo Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, ou nas reflexões da psiquiatra Neusa Santos Souza, em *Tornar-se Negro*, as relações interpessoais foram estudadas pela perspectiva racial. No entanto, é evidente a dificuldade de se pensar essas relações em um contexto micro, aplicado no dia a dia das pessoas, principalmente no que tange à análise das famílias negras brasileiras e sua afetividade. Em *A cor do amor: características raciais, estigma e socialização em famílias negras brasileiras*, a autora estadunidense Elizabeth Hordge-Freeman traz essa perspectiva inovadora para o contexto nacional, apontando como as famílias negras são moldadas pelo racismo e pelas hierarquias raciais existentes no país.

O livro está organizado em duas partes, cada uma com três capítulos, além da introdução e da conclusão, e contando também com dois apêndices, o primeiro sobre os métodos de pesquisa e posicionalidade e o segundo sobre os principais tópicos abordados nas entrevistas realizadas pela autora. Um breve resumo das discussões teóricas expondo os principais conceitos abordados ao longo de seu estudo é apresentado pela autora na introdução do livro, além de demarcar o local da pesquisa e a metodologia utilizada. A escolha da cidade de Salvador, no estado da Bahia, se deu não pelo intercâmbio de Elizabeth Hordge-Freeman com a Universidade Federal da Bahia e sim por ela acreditar que as contradições existentes na cidade e o seu perfil demográfico, conforme atestam os dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE como a cidade mais negra do Brasil, ajudá-la-iam a enxergar as desigualdades raciais dentro das famílias. Pensando em Salvador como a “Roma Negra”, ela confere importância analítica à marcante cultura afro-brasileira e compreende a cidade como um local diaspórico, que tem uma forte identidade regional, que é também racializada por si só.

O estudo foi realizado em um bairro da Cidade Baixa, intitulado pela autora como Lua Cheia, onde ela acompanhou dez famílias pobres, por meio de observações etnográficas e entrevistas formais e informais, além de outras cinco famílias que moravam em outros bairros, mas eram consideradas como famílias estendidas das principais. A pesquisa etnográfica durou 14 meses, entre os anos de 2009 e 2011, “além de 6 semanas de entrevistas de acompanhamento em junho e julho de 2013 e outras 4 semanas em julho de 2014” (p. 35).

Ao longo de sua escrita, Hordge-Freeman traz a ideia de diáspora africana, traçando paralelos entre o Brasil e os Estados Unidos, exemplificando semelhanças e diferenças. O que

---

<sup>†</sup> Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: [maiahlunas@id.uff.br](mailto:maiahlunas@id.uff.br).

poderia cair na mesmice de ideias discutidas com frequência e às vezes de forma vazia, na realidade auxilia na percepção de como algumas estruturas raciais não mudam, independentemente do local. Como é apresentado por ela na conclusão do livro, o tráfico negreiro e o racismo científico fizeram com que algumas ideias estereotipadas sobre “raça” se perpetuassem, seja nos Estados Unidos, no Brasil ou em outros lugares da América, como Cuba e República Dominicana.

No primeiro capítulo a autora discorre sobre como a distribuição afetiva é atingida pelas avaliações feitas sobre a aparência racial de cada indivíduo. Focalizando principalmente na relação entre mães e filhas(os), ela mostra como ocorre a espera, o nascimento e a recepção dos bebês em suas famílias. As mães entrevistadas, em sua maioria, esperam que a criança seja “menos negra” ou que herdem suas características não negras, conforme fica explícito num depoimento coletado pela pesquisadora: “Eu tenho sonhos sobre como ela vai se parecer. Às vezes ela é branca e às vezes é morena. Espero que ela tenha o meu nariz e o meu cabelo liso” (p. 57). Dessa forma, quando a criança nasce, pode ser decepcionante ou um prêmio na loteria, dependendo apenas de quais características raciais ela vai portar. Então, o que Hordge-Freeman constata é que, quando uma mãe tem mais de um filho e esses carregam marcadores raciais diferentes, a tendência é que a criança que se aproxime mais dos fenótipos brancos receba mais afeto, criando uma hierarquia do cuidado da mãe para com os filhos, de acordo com sua leitura racial feita sobre cada criança e fazendo com que existam privilégios dentro da família devido a essa hierarquia. Essa hierarquia afetiva não fica restrita às crianças, mas faz parte também dos relacionamentos românticos, em que o ideal de parceiro ou parceira também é pautado pelos fenótipos: espera-se que um indivíduo negro procure uma pessoa não negra para se relacionar.

No capítulo dois, a autora mostra a racialização como forma de percepção moral, da beleza e do valor humano, trazendo a ideia de capital racial entendido como forma de a pessoa se adaptar a momentos e situações, tendo como objetivo final contestar as desigualdades sociais, mesmo que não necessariamente essa adaptação seja sem crítica. Com esse intuito, ela mostra como as mulheres aspiram a “administrar e apresentar seus corpos de acordo com normas dominantes porque se sentem bem ao serem vistas como belas (capital afetivo) e porque isto está associado a vantagens materiais e econômicas (capital incorporado)” (p. 98). Como a branquitude é hegemônica e é o que molda as relações sociais no Brasil, por contraste a negritude torna-se sinônimo de inferioridade, por isso a manipulação do corpo com o intuito do embranquecimento visa ao acesso a recursos que, em norma, são destinados a esse grupo dominante, isto é, aos brancos. Dessa forma, demonstra a autora que o capital racial incorporado gera expectativa de mobilidade social. Contudo, a criação de espaços como o Instituto Beleza Natural funcionaria, na visão da autora, como possibilidade de se negociar a identidade, pois permite aos negros a fuga da lógica do embranquecimento e faz com que se aproximem dos movimentos de estética afro, pois nestes o capital afetivo e o capital incorporado podem ser potencializados a partir do momento em que a pessoa se torna capaz de expressar sua própria identidade racial, ao invés de negá-la.

O terceiro capítulo tem como subtítulo “Capital afetivo, estigma e racialização”, analisando as consequências psicológicas do abandono, seja ele físico ou não. As entrevistas apresen-

tadas nesse capítulo mostram como o capital afetivo influencia na vida das pessoas a partir do momento em que existe a já citada hierarquia racial, que é moldada por um ideal de supremacia branca. As mensagens violentas transmitidas pela família, sejam elas implícitas ou não, trazem reflexos perenes para o indivíduo. O tratamento diferencial e a rejeição ajudam a criar um racismo internalizado que, em alguns casos, leva à depressão ou a consequências materiais que limitam o acesso à educação, plasmando assim uma autoestima frágil.

O capítulo quatro fica na segunda parte do livro, intitulada “Socialização racial e negociações na cultura pública”. A esse capítulo cabe a análise da fluência racial presente no Brasil, ou seja, a forma como a socialização racial é desenvolvida dentro das famílias brasileiras. A fluência racial ensinada dentro das famílias cria uma forma de adaptação racial exercida no espaço público. O que a autora analisa é como tal fato permite que as pessoas tentem uma mobilidade racial/social ao invés de criar uma identidade racial efetiva, mostrando como isso permite a criação de diversos termos para denominar a cor de cada pessoa, como moreno, jambo, café com leite e outros, além de criar uma etiqueta racial.

No penúltimo capítulo Elizabeth se dedica, em um primeiro momento, a pensar na geografia racial da cidade de Salvador e como essa espacialização e a divisão dos territórios perpassam questões raciais, trazendo para a reflexão também como a educação é vista por algumas famílias como aquilo que possibilita a mobilidade social, já que a consciência de classe é maior do que a consciência racial. Ela analisa ainda como a importância da educação é mais naturalizada e internalizada pelas meninas, sendo perceptível através das brincadeiras como o brincar de escolinha.

Em decorrência das consciências de classe e racial serem diferentes, as famílias atribuem o racismo a algo individual e não estrutural. Dessa forma, a maioria dos entrevistados é contra as cotas raciais para ingresso nas universidades públicas brasileiras. Isso ocorre pelo fato de acreditarem que as cotas raciais ao mesmo tempo em que menosprezam a capacidade dos negros também produzem privilégios, ficando nítido que esses acreditam na existência de uma democracia racial.

No sexto e último capítulo, três famílias são analisadas pela autora como transgressoras por fugirem da lógica racial dominante e por terem uma formação política antirracista. Nas duas primeiras famílias as mulheres têm papel fundamental nessa formação, ainda que na família Nascimento apareçam contradições que são reflexos de como a supremacia branca e as hierarquias raciais afetam mesmo aqueles que possuem uma leitura mais crítica do meio em que vivem. Por sua vez, na segunda família a presença do candomblé traz referências africanas e um conhecimento maior sobre a história do Brasil. Quando o assunto é cabelo, o discurso de aceitação se difere, abrindo espaço para posições mais ambíguas e complexas. No entanto, Hordge-Freeman não reduz tal fato a questões de hierarquia racial, acreditando que isso se dá pela necessidade de “encontrar a autovalorização e a libertação das estruturas de poder hegemônicas” (p. 266).

A terceira família se difere de todas as outras pesquisadas por ser a que tem um discurso antirracista mais concreto e tal discurso ser transformado em ações que visam à melhoria da

comunidade local. Nela, estão as ideias que mais se aproximam das apresentadas pela autora, em que o racismo é estrutural e interfere nas pessoas como indivíduo e na sociedade como um todo. O principal interlocutor dessa família é um dos únicos que tem trabalhos sociais dentro do bairro em que mora e participa de algum grupo de militância política.

Na conclusão, Elizabeth Hordge-Freeman aponta a importância da pesquisa para a compreensão de como o racismo atua e torna as famílias negras invisíveis. Ao destacar como a maternidade influencia na negociação do capital incorporado, como nos rituais feitos com a intenção de afinar o nariz do bebê, ela deixa evidente que algumas atitudes como essas não devem ser lidas simplesmente como racismo, mas sim como uma tentativa de possibilitar que seus filhos tenham sucesso, assegurando um status mais elevado que é enxergado na branquitude. Dessa forma, o amor é afetado diretamente por questões ligadas aos estigmas raciais.

Por fim, vale destacar que o livro *A cor do amor: características raciais, estigma e socialização em famílias negras brasileiras*, a autora americana mostra também a relevância de uma abordagem interseccional para compreender todas as complexidades, que envolvem gênero, raça, classe e capital, depositando, assim, sua esperança em novas pesquisas com perspectivas interdisciplinares.